

DELEND A PRECATÓRIA : (abaixo os precatórios!)

HUMBERTO GOMES DE BARROS

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Nos últimos tempos, venho manifestando preocupação quase obsessiva com a apregoada reforma do Poder Judiciário brasileiro. Meu temor origina-se na convicção de que a reforma, nos termos em que está sendo conduzida, será inútil. Estou certo de que, nosso Parlamento tem uma visão deformada, sobre a crise que envolve o Poder Judiciário. Nossos deputados e senadores acreditam estar no Judiciário a raiz de todo o mal. Não percebem a existência de causa externa, a comprometer qualquer esforço para aprimorar-se a distribuição de Justiça. Esse fator externo e a deformação cultural que nos persegue ao longo da história, acentuando-se nos últimos anos. São muitas as suas vertentes. Uma delas é o precatório instituto - inspirado na melhor das intenções.

Os agentes da Inquisição diziam que o "Inferno está cheio de boas intenções". O que ocorreu com o precatório comprova a exatidão dessa máxima. De fato, o termo "precatório" transformou-se em nome-feio,^{*} impronunciável em casa de família. Hoje, dizer que alguém "andou metido com precatórios" é cometer odiosa difamação.

Antes de comentar tão perverso desvio, é necessária uma explicação. Afinal de contas, pouca gente sabe o que é precatório. Tentarei esclarecer: quando alguém, condenado a fazer algum pagamento, deixa de cumprir a condenação, o Juiz executa a sentença. Executar significa "ir às últimas conseqüências". Para tanto, o juiz emite uma ordem, determinando a penhora de bens pertencentes ao devedor. Penhorar é desapropriar. O patrimônio expropriado é vendido em leilão e

^{*} Nome-feio: palavrão, no linguajar alagoano.



BDJur

<http://bdjur.stj.gov.br>

o dinheiro apurado, entreguem, como pagamento, ao credor. Tudo parece muito simples.

Acontece que o patrimônio público é impenhorável. Nos países desenvolvidos, a impenhorabilidade não cria transtornos. Lá, o Estado, uma vez derrotado no processo, apressa-se em cumprir a condenação. Em assim fazendo, dá exemplo de decência e respeito ao Poder Judiciário (que, em verdade, é o próprio Estado). Infelizmente, o Governo brasileiro não se preocupa em dar exemplos, nem em ser decente. Simplesmente desobedece a condenação, deixando-se executar. Como não pode efetuar penhora contra o Estado, o juiz limita-se a dirigir-lhe um pedido para que, no próximo orçamento, destaque verba destinada ao pagamento da condenação. Este pedido é o famigerado precatório. Cada precatório recebe um número, estabelecendo-se uma seqüência que não pode ser invertida.

O respeito à ordem de apresentação atende aos princípios democráticos da moralidade e da igualdade. Observada a fila, não resta lugar para a advocacia administrativa, nem para o clientelismo.

Existe, contudo, uma dificuldade a estragar tanta virtude. É que, na prática, o atendimento do precatório demora vários anos. Durante todo esse tempo, a condenação judicial permanece como solene inutilidade. De sua vez, o beneficiário do precatório é compelido a esperar, enquanto o Estado, cinicamente, o empurra com a barriga, a dizer: "devo, não nego. Pagarei quando quiser". Durante a espera, o credor permanece na rua da amargura. A sentença que lhe deu ganho de causa não lhe serve para coisa alguma. Se é um taxista cujo carro foi destruído, haverá que arranjar algum biscate, para sobreviver. Caso não encontre algum trabalho, restar-lhe-á o socorro da caridade pública.



Colocado em fila de espera tão dolorosa quanto a do INSS, o credor do precatório vê seu crédito render incríveis juros de seis por cento ao ano. Para avaliar a irrisão que se esconde nesta ridícula remuneração, basta-nos levar em conta a circunstância de que, nos empréstimos bancários, os juros ultrapassam dez por cento ao mês. Qualquer pessoa dotada de senso prático percebe imediatamente: desacatar ordem judicial é o negócio mais rendoso do Brasil.

Homens inteligentes, nossos ministros da área econômica descobriram essa realidade. Passaram, então, a lançar impostos inconstitucionais, tomar empréstimos compulsórios e praticar ilegalidades semelhantes. Na hora de devolver as exações indevidas, simplesmente utilizam a técnica dos estudantes: aplicam o golpe do "pendura". Se quiser receber (dizem nossos economistas), recorra à Justiça. Assim, o Poder Judiciário tornou-se para o Estado, um generoso banco, cujos empréstimos são feitos a juros baixíssimos.

Tal prática, além da deslealdade que a compromete, é um dos mais importantes fatores da crise que atravessa o Poder Judiciário. Porque é vantajoso não pagar espontaneamente, o Estado deixa de cumprir suas obrigações, forçando os credores a propor ações judiciais. Com isso, inundam-se os Tribunais com milhares de questões idênticas e inúteis. Fecha-se aí o círculo vicioso: o Judiciário, sob peso dos processos, torna-se vagaroso; em outra ponta, a lentidão funciona como estímulo para o calote, fazendo crescer o número de processos.

Para os doutos, estamos presos em um paradoxo. Para eles, não há como extinguir os precatórios. Sem acabar com eles, o Judiciário não escapa do poço sem fundo onde foi lançado. O Poder Judiciário está condenado a permanecer como instrumento para rolagem de dívidas.



Eu me atrevo a ter esperança. Para mim existe saída possível. Em verdade, o sistema de precatórios é anacrônico e deve ser prontamente substituído. Nos tempos modernos em que nos encontramos, o Estado brasileiro circula, sem constrangimentos, no mercado de capitais, onde toma empréstimos, emite títulos e paga juros, como qualquer pessoa. Toda essa atividade se desenvolve abertamente, sem lesões à moralidade nem à igualdade. Os portadores dos títulos mobiliários, fazendo com que eles circulem no mercado, transformam-nos em dinheiro. Com isso, retiram imediato proveito econômico, sem causar prejuízo ao Erário. Pelo contrário, a circulação do título gera riqueza econômica. Por que não fazer o mesmo com a dívida judicial?

Por que tratar pejorativamente o titular de sentença judicial? Nada impede que os credores judiciais sejam tratados como as entidades financeiras que emprestam dinheiro ao Estado. Nem é necessário, para tanto, muita imaginação. Basta reservar ao credor judicial tratamento igual àquele que o art. 184 da Constituição Federal dá ao proprietário de terra improdutiva, desapropriada para reforma agrária. Isto se faria, alterando o art. 100 da mesma Constituição Federal, para dizer que

os pagamentos devidos pelo Estado, em virtude de sentença judicial serão feitos em títulos da dívida pública, endossáveis, resgatáveis em vinte anos, com cláusula de correção monetária e rendendo juros de mercado.

Não tenho dúvida em afirmar que essa pequena modificação do art. 100, traria para o Poder Judiciário mais eficácia, confiança e prestígio do que os tão apregoados controle externo, súmula vinculante, relevância e quejandos.

A bem da cidadania, vale parafrasear Catão, o notável senador romano. O grande tribuno, preocupado com a potência que se opunha à hegemonia imperial, repetia ao fim de cada discurso: **Delenda Carthago!**



O Poder Judiciário, ameaçado em sua própria dignidade, bem poderia bradar: **Delenda precatória!** Abaixo os precatórios!

Não respondo pela qualidade filológica da expressão latina adaptada. Estou certo, porém, de que ela funcionaria como eficiente slogan.

Com o fim dos precatórios, o Poder Judiciário e os infelizes credores judiciais agradeceriam. A moralidade pública se regozijaria.

